

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 20ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissão

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Comissões

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/3/2022

Presidência do Deputado Doutor Jean Freire

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 3.581/2022; Requerimentos nºs 10.563 e 10.751 a 10.761/2022 – Comunicações: Comunicação da Comissão de Meio Ambiente – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Arlen Santiago e Virgílio Guimarães – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Homenagem Póstuma – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Sandro – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães.

Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 14h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Charles Santos, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Sargento Rodrigues, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.032/2021, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.889/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.035/2021, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.819/2021, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.351/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.356/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.373/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.345/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.346/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações Estrada e Rodagem, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.160/2021, do deputado Doutor Jean Freire. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações Estrada e Rodagem, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.276/2022, do deputado Doutor Jean Freire. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações Estrada e Rodagem, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.280/2022, do deputado Doutor Jean Freire. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.910/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações Estrada e Rodagem, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.404/2022, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações Estrada e Rodagem, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.516/2022, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.581/2022

Estabelece diretrizes sobre a regulamentação das atividades de caravanistas, reconhecendo-as como de importante valor cultural e turístico.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A presente lei regulamenta a atividade caravanista, turística ou de lazer, e deve ser aplicada em observância a Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – Contran e, no que couber, as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 2º – Para efeitos desta Lei, entende-se a atividade de caravanismo como aquela que pode ser realizada em locais pavimentados ou não, utilizando-se como abrigo um veículo preparado para conforto e pernoite dos ocupantes, denominado Veículos de Recreação (RV).

Art. 3º – Reconhece-se a atividade caravanista como de importante valor cultural, social, econômico e turístico.

Parágrafo único – Os espaços destinados à prática caravanista, urbanos ou rurais, adequados para essa atividade, devem ser objeto de promoção e de divulgação, como forma de fomentar o turismo e o desenvolvimento econômico da região.

Art. 4º – Com o objetivo de promover e divulgar a prática da atividade de caravanismo, objeto desta lei, devem ser criados e executados programas de forma participativa, por intermédio das iniciativas públicas e/ou privadas, objetivando:

I – mapear as áreas de interesse para a prática de caravanismo;

II – identificar as condições de acesso a áreas de interesse para esse tipo de atividade;

III – adotar as medidas necessárias para garantir o acesso livre e desimpedido às áreas de interesse para atividade de caravanismo;

IV – dispor de esforços para identificar problemas ambientais, bem como as suas respectivas soluções tendentes a resolvê-los ou mitigá-los, atuando ativamente na preservação do meio ambiente urbano, rural e florestal (selvagem ou artificial);

V – apoiar outras iniciativas de apoio e divulgação á praticas das atividades de caravanismo.

Parágrafo único – Para fins do disposto nesta Lei, podem ser estabelecidas parcerias por intermédio de consórcios públicos com estados ou municípios circunvizinhos (limítrofes ou não), no sentido de se somar esforços para divulgar, manter e preservar á prática da atividade de caravanismo na região.

Art. 5º – Nas áreas próprias, destinadas a prática das atividades de caravanismo, com vistas a maior segurança do tráfego e da preservação do meio ambiente, deverá ser feito o mapeamento georreferenciado das áreas transitáveis e trilhas habitualmente usadas para a atividade.

§ 1º – O mapeamento das áreas em que a atividade de caravanismo é permitida é definido por norma própria, a ser editada pelo Poder Executivo, que deve basear-se em estudo específico georreferenciado sobre os impactos da atividade no meio ambiente e nas comunidades locais.

§ 2º – Para a realização do mapeamento previsto no caput, devem participar os órgãos competentes, representantes do seguimento e instituições legalmente constituídas envolvidas na prática caravanista e turística, que já exploram comercialmente locais turísticos ou utilizam áreas para atividades campistas.

Art. 6º – A atividade caravanista é fiscalizada pelos órgãos competentes na na localidade permitida, podendo ser realizada mediante acordo de cooperação entre os órgãos competentes das áreas de trânsito, de turismo, cultural e rural.

Art. 7º – A realização de eventos turísticos e de lazer em áreas públicas está condicionada a autorização prévia do órgão estadual ou municipal competente.

§ 1º – O requerimento solicitando autorização para a realização do evento deve indicar o seu responsável técnico geral e ser acompanhado por todas as informações necessárias a avaliação técnica dos órgãos competentes.

§ 2º – Em caso de autorização do evento, podem ser determinadas medidas de monitoramento, recuperação, mitigação e compensação de potenciais impactos ambientais porventura identificados.

Art. 8º – São vedadas a supressão de vegetação e a retenção ou derivação de curso de água.

Art. 9º – O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei, inclusive sobre a incidência de sanções e os procedimentos de sua aplicação.

Art. 10 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 21 de março de 2022.

Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente (PSDB).

Justificação: O estado de Minas Gerais é um grande polo turístico que, nos últimos anos, apresenta um avanço considerável das atividades campistas, caravanistas e autocaravanistas.

Com o crescimento dessas atividades, novas demandas no que tange a segurança e bem-estar dos praticantes do caravanismo, em suas variadas modalidades, bem como a urgente necessidade de se dispor de esforços e ações para o fomento do desenvolvimento cultural, econômico, turístico e social, estadual e localmente, clamam pela ação legiferante desta Casa para regular tais questões afetas ao caravanismo em nosso estado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 10.563/2022, da Comissão Extraordinária das Privatizações, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja comunicada à comissão a efetivação de atos de aquisição ou alienação de participação do Estado ou de suas empresas em capital de empresas privadas, tão logo sejam efetivados. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 10.751/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a execução dos projetos de mobilidade previstos no Anexo III do Acordo da Vale, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.752/2022, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a execução dos projetos de mobilidade previstos no Anexo III do Acordo da Vale, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.753/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a execução físico-financeira dos programas e ações previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG-2020-2023 – e na Lei Orçamentária Anual – LOA –, compatíveis com a execução das diretrizes, metas e estratégias do Plano Estadual de Educação – PEE –, em cumprimento ao art. 10 da Lei nº 23.197, de 2018, que institui o mencionado plano, com a demonstração das receitas e despesas executadas em educação, mediante a identificação das fontes de recursos correspondentes, de modo a evidenciar o esforço do Estado para o cumprimento das metas e estratégias do PEE no período de 2019-2021, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 22/3/2022. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.754/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o cumprimento de metas e estratégias do Plano Estadual de Educação, no período de 2019-2021, sistematizadas em relatório que contenha a descrição das metas e respectivos resultados, discriminados por ano e indicador correspondente; a descrição das estratégias, acompanhada da identificação objetiva das políticas, projetos e ações empreendidos para alcance de cada estratégia; a exposição argumentativa sobre a situação atual e a projeção para o cumprimento de cada meta e estratégia, de acordo com os resultados alcançados e os prazos estabelecidos, de forma a evidenciar os esforços, as dificuldades e as condições diversas relativas à execução das metas e estratégias e o planejamento para seu alcance, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 22/3/2022. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.755/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com a professora Sandra Regina Goulart Almeida por sua recondução ao cargo de reitora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Nº 10.756/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à transformação da 24ª Companhia Independente, localizada no Município de Nanuque, em um batalhão operacional sediado nesse município, devido aos altos índices de criminalidade na região, o que coloca o município entre os 10 piores do Estado nesse aspecto, com 14 homicídios computados até o mês de março, apenas em 2022.

Nº 10.757/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que nenhum vistoriador realize serviço operacional utilizando aparelho celular próprio, sob pena de enriquecimento ilícito do Estado.

Nº 10.758/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações, em relação a cada uma dessas instituições, sobre o número e a identificação das unidades que possuem poços artesianos sem outorga ou documentação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.759/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre viaturas zero km que estariam paradas no Presídio Camp, em Ribeirão das Neves, há mais de 30 dias, sem ser entregues. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 10.760/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências com vistas ao cumprimento do dever do Estado de assegurar a adequada prestação do serviço público, o que engloba o fornecimento e a manutenção de infraestrutura compatível com o exercício das respectivas funções, afastando a dependência de convênios com prefeituras e Conseps.

Nº 10.761/2022, da Comissão de Segurança Pública e outros, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que a instituição passe a cumprir o previsto na Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado, especificando-se, no banco de dados correspondente, o nome ou a marca do fabricante, o nome ou a sigla do país de fabricação, o calibre da arma ou da munição e a quantidade de munição, o número de série impresso na armação, no cano e na culatra, quando móvel, o ano de fabricação, se a arma não estiver incluída no sistema de numeração serial, a data da apreensão, o número do registro de ocorrência relativo à apreensão, a identificação do servidor responsável pelo recebimento da arma de fogo ou da munição apreendida e em que conste a fotografia colorida da arma de fogo ou da munição apreendida, salientando-se, com amparo em ofício da PMMG, a necessidade de que a Sejusp seja envolvida na discussão do tema para permitir a integração de esforços e a organização da base de dados.

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação da Comissão de Meio Ambiente.

Oradores Inscritos

O deputado Arlen Santiago – Caro Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou aqui no meu gabinete, obedecendo às normas que a Mesa traçou, bastante preocupado com essa questão da Covid, que está aumentando na China, Hong Kong. Tomara que a gente não venha a ter isso mais aqui.

Mas, por falar em saúde, eu gostaria de falar aqui um pouco sobre uma matéria que o jornalista Cláudio Humberto publicou no seu lido e conceituado blog Diário do Poder a respeito de um tema que eu trato há muito tempo e que parece ser um tabu porque ninguém quer tratar dele, é um negócio muito complicado. Ai vocês estão vendo o que ele coloca. Ele errou aqui no título, onde coloca que a tabela do SUS não paga nem a gasolina do médico. Não é isso. Ela pega o valor que hoje um fisioterapeuta ganha por um atendimento no SUS, que dá R\$6,35, desde o tempo em que o Fernando Henrique estava no governo. Entrou o Lula, que nunca quis melhorar a tabela; entrou a Dilma, que não quis melhorar; entrou o vice da Dilma, que também não quis. Agora eu acho que nunca mais vai cair no lugar. Então uma consulta de enfermagem ou uma consulta de fisioterapia custa R\$6,35. Foi feito um levantamento. Algumas coisas são interessantes, por exemplo: uma consulta de enfermagem é R\$6,35, e uma ajuda de custo para a alimentação de paciente ou acompanhante, que também é irrisória, é R\$24,75. O SUS acaba gastando quatro vezes mais do que vai pagar para a enfermeira ou vai pagar para a fisioterapeuta. A consulta do médico hoje custa R\$10,00 desde o tempo do Fernando Henrique. Não houve quem quisesse mudar. Quando a mudança fica muito grande, o pessoal desanima, não faz. E aí o que a gente vê é o seguinte: nós temos fila em muitas cidades para cirurgias de média complexidade. Ele coloca aqui que a defasagem é grande. A remuneração por uma cirurgia de hérnia, por exemplo, para o médico auxiliar e também para o anestesista é de cerca de R\$200,00, para cuidar de alguma coisa muito importante, que é a vida das pessoas. O SUS é um programa maravilhoso, o melhor programa do mundo, mas aí, depois do Fernando Henrique, não quiseram corrigir a tabela. Com isso, a gente está vendo aí alguns disparates. O procedimento mais caro da tabela do SUS é o transplante de célula-tronco, que paga R\$71.602,25. É um tratamento que muitas vezes é experimental. Ai se consegue uma tabela realmente muito grande.

A lista traz também mil itens que pagam poucos centavos na sua tabela, incluindo o acompanhamento de pacientes com problemas de saúde mental. Com isso, nós vemos aí a situação. Montes Claros, por exemplo, há algum tempo, tinha uma fila de 30

mil pessoas para fazer cirurgia. São 30 mil pessoas! Então a gente vê aí uma quantidade enorme de pessoas, por exemplo, com hérnia, sofrendo; com problemas e precisando ser operadas. E acaba não havendo profissionais que queiram fazer esse tipo de procedimento. Os hospitais públicos acabam fazendo concursos. Com isso, a pessoa ganha pelo horário, e não pelo que produz. Assim, em hospitais públicos às vezes a gente ainda consegue alguns procedimentos em que normalmente não se conseguem profissionais.

Nós temos cidades, por exemplo, que têm uma tabela para pagar médicos de R\$5.000,00; para pagar um médico que estudou numa faculdade – a maioria delas privadas –, que pagou R\$10.000,00 por mês durante seis anos e que, depois, fez uma residência médica durante quatro anos. Dez anos para começar a poder trabalhar! E aí ele vai fazer o trabalho e acaba se deparando com essa questão da tabela.

Nós vemos que o governo do Estado... No tempo do Aécio Neves, foi criado um programa, sem o qual os hospitais, todos, já teriam fechado, chamado Pro-Hosp, que mandava alguns recursos para complementar a tabela. E a tabela teria que ser tripartite. Realmente o governo federal põe alguma coisa. Mas ficar 25 anos sem recompor nada? Eu acho que nada mais existe neste nosso país que não tenha uma recomposição por mais de 20 anos. Então, a gente vai vendo essa questão da recomposição; infelizmente, a gente vai vendo que principalmente os mais pobres são os que estão tendo mais esse tipo de problema. Vendo essa questão e sem condições de conseguir mudar a tabela, eu tenho utilizado as minhas emendas, assim como emendas de deputados federais amigos, para que hospitais principalmente de cidades menores possam fazer essas cirurgias, porque, se for só pela tabela do SUS, eles não dão conta. É por isso que a gente tem colocado emendas no hospital de Brasília de Minas, de Salinas, de Francisco Sá, de Urucuia, de São Francisco. Agora vou colocar em Bocaiuva, que é uma cidade onde até a nossa votação é muito pequena. Mas as pessoas lá da região não estão conseguindo ter a quantidade de cirurgias necessárias. E a gente vai tentando. Aí, vou pedindo aos colegas que coloquem também e ajudem os hospitais para que possam fazer essas cirurgias, porque só pela tabela não dão conta.

E esse tema... Achei interessante aqui o Cláudio Humberto falar desse tema, porque a grande maioria não fala. É impressionante como não se fala desse tema! Sempre se fala que o SUS é um programa maravilhoso, e é mesmo! É muito bem-feita a sua concepção. Agora, realmente, pagar R\$6,35 para um fisioterapeuta atender um paciente? Um paciente que, às vezes, ali vai ter a oportunidade de recuperar-se, de andar, de botar o braço para funcionar, de recuperar-se de um AVC. Então, a gente fica vendo que dificilmente as prefeituras conseguem manter a sua fisioterapia funcionando. Há poucos dias mesmo fui à cidade de Francisco Sá e vi uma fisioterapia que funciona bem num prédio alugado. E aí já mandei uma emenda para começar a construção de uma nova fisioterapia para que a gente não veja as pessoas correrem o risco de a prefeitura não aguentar e ter que fechar. Então, estive lá. A vereadora Ildeny, o vereador Fabiano, o vereador Lay e o vereador Edmilson nos pediram. Estive com a secretária de Saúde. Aí, a gente foi colocando essa fisioterapia.

Nós vimos agora um programa de doação de tomógrafos do governo do Estado. Cidades de médio porte vão passar a ter o programa. Comecei recebendo uma demanda lá, de Salinas, do prefeito Kinca; e da Laiane, diretora do hospital; além disso, recebi também do Mário Osvaldo; do Rutilio, lá de Urucuia; de Pirapora. O pessoal está precisando de mais tomógrafos. Felizmente o secretário Fábio Baccheretti acabou, então, montando um programa onde 100 cidades de Minas Gerais receberam em torno de 100 tomógrafos. Janaúba, por exemplo, recebeu dois tomógrafos. E nós começamos pedindo. O hospital de Brasília de Minas vai receber um tomógrafo, o de Janaúba vai receber dois tomógrafos e também de Salinas e de Urucuia. E aí nós fomos pedindo esses tomógrafos, e o governo do Estado então foi sensível, mas nós não estamos vendo a possibilidade de que essa tabela do SUS venha a ser corrigida.

Acabou-se criando algumas artimanhas. Já que o SUS é um plano de saúde muito bom, principalmente para a população carente, o que os governos, principalmente o federal, começaram a fazer? “Não, vou dar um incentivo para o hospital fazer aquilo, vou dar um incentivo para o hospital poder comprar mais um aparelho.” Mas acontece que os médicos que trabalham nos hospitais filantrópicos, a grande maioria, têm que receber pela tabela do SUS. O hospital recebe aquele incentivo, e aquele incentivo não dá

nem para que o hospital normalmente se mantenha. Nós mesmos vemos um hospital lá na terra do deputado Cássio em que os fazendeiros da região, uma ou duas vezes por ano ou até mais, doam bois, vacas, bezerros, para poder fazer leilões, para que, com esses leilões, o hospital então consiga sobreviver. Eu acho que a população brasileira não merece isso.

Estive, na semana passada, com o ministro Queiroga, numa audiência marcada pelo senador Alexandre Silveira, e lá o ministro colocou que não enxerga mais possibilidades de melhoria da questão da tabela do SUS, porque não se coloca recurso neste país para poder melhorar a tabela. Então nós falamos, mais uma vez aqui, talvez só em tom de desabafo, porque ninguém vai querer nos ouvir, ninguém que tem a possibilidade de colocar realmente, no mínimo, o custo. Eu dei uma ideia para o senador Carlos Viana, e ele então fez um projeto. O projeto seria que a tabela do SUS, do jeito que está, pelo menos tivesse a recomposição pela inflação todos os anos. Aí criaria um pouco de alento, porque não há perspectiva, não há perspectiva. Então uma cirurgia de hérnia está aí a duzentos e poucos, trezentos e poucos reais, há 15 anos, 20 anos; enquanto a inflação, só desse último ano, está dando 10%. Então, se a gente tivesse corrigido pela inflação, talvez não ficasse extremamente atrativo, mas pelo menos não ia dar muito prejuízo para os hospitais, e poderia incentivar um pouco os médicos a atenderem, cada vez mais, essa fila interminável de pessoas que precisam realmente do SUS, e que têm que ficar mendigando, na porta da Secretaria de Saúde, para ver se as prefeituras vão cobrir aquele preço pelo menos do custo. Realmente é uma situação muito dramática e que tem trazido muito sofrimento para a maioria dos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Um abraço para todos.

O deputado Virgílio Guimarães – Sr. Presidente, Doutor Jean, é um prazer falar sob vossa presidência; Srs. Deputados e Deputadas. Insisti muito num ponto: devemos discutir a questão do salário dos servidores públicos de olhos postos no direito dos trabalhadores da legislação em vigor, para que esses direitos sejam de fato aplicados, e nas possibilidades do Estado. Essas possibilidades, insisti, podem crescer muito se houver investimentos, se houver políticas de desenvolvimento, se houver um sistema tributário mais justo e mais eficiente, cobrando de quem pode cobrar, e assim superando os limites atuais da chamada crise fiscal do Estado, se é que ela existe na dimensão que se propaga. Insisti inclusive que nós devemos fazer proposições neste momento com soluções aplicáveis, justas e o mais possível ousadas a favor dos trabalhadores, juntamente com as medidas de crescimento e de retomada. Insisti e volto a insistir agora que nada disso pode ser feito com os olhos colocados num governo ou noutro porque nós, de fato, estamos já num momento em que todas as medidas que tomarmos terão reflexo neste governo e sobretudo no próximo governo. Eu me refiro ao governo federal, mas, no nosso caso, ao governo estadual também.

Por isso estou fazendo esse pronunciamento com muita alegria. Eu vi a entrevista do ex-presidente Lula, nosso candidato, o nosso futuro candidato, já que ainda não estamos em período eleitoral, na formalidade da lei, nosso futuro presidente, acredito, Lula da Silva. Eu o vi fazer uma entrevista, em que ele coloca sua proximidade com o prefeito Kalil, prefeito que eu tenho defendido aqui, desta tribuna, várias vezes. Tenho mostrado os esforços que tem feito, sem nunca evidentemente abdicar da minha condição de deputado, defensor do povo mineiro, defensor do desenvolvimento em nosso estado e naquilo que é possível fazer, com os olhos postos no presente e no futuro, naquilo que for possível, mesmo no governo a que o nosso partido faz oposição.

Por isso insisto aqui, enxerguei a entrevista como uma espécie de pré-estreia das mudanças que o País vai ter. Aqui em Minas Gerais, com certeza, nós estamos ansiosos por alterar esse governo federal, que é um desastre. É um desastre para o SUS, é um desastre diante da pandemia, é um desastre em todos os sentidos, até na postura presidencial. É um desastre, portanto, naquilo que se espera de um presidente da República. Não só ter uma ação administrativa, uma ação política, mas uma ação exemplar como representante da Nação nos fóruns internacionais e também como espelho necessário para o cidadão brasileiro, no seu comportamento pessoal, na busca das suas responsabilidades, na busca no trato com o seu semelhante, no trato com a vida política e com todo o seu entorno social.

Portanto enxergo nas pesquisas e nessa entrevista o nosso companheiro Lula, com a certeza de que as coisas vão mudar. E também aqui, em Minas Gerais, não há eleição definida em hipótese nenhuma. Nós temos as pesquisas que mostram o atual

governador em vantagens, mas vantagens que são de antes do início da campanha ainda. Portanto o momento é de votar pensando nos projetos, votar aqui na Assembleia, votar com os olhos colocados no futuro, no futuro do Estado, no que é bom para o Estado, porque não se trata de confundir o governo atual com um governo eterno, com um governo perene, de maneira nenhuma. Perene e eterno é o povo mineiro, é a nossa legislação, é o nosso crescimento ou a nossa paralisia, o nosso atraso.

Temos, portanto de superar este momento, colocando aqui para os nossos servidores o máximo que a nossa ousadia, que a nossa criatividade for capaz, para fazer de maneira aplicável, do ponto de vista da legislação, aquilo que puder ser agora ou daqui a pouco, com compromissos não só verbais, até porque não se passam de um governo para outro, mas com compromissos legais colocados no texto da lei para aplicação automática, desde que a gente vá construindo as novas realidades de que o Estado tanto precisa.

Portanto ficam aqui os meus cumprimentos a essa brilhante entrevista do presidente Lula na véspera do aniversário do nosso Clube Atlético Mineiro. Também coincide o mesmo dia do ex-presidente do Galo, o atual prefeito de Belo Horizonte e candidato lançado amanhã, o nosso amigo, Alexandre Kalil. Fica aqui, Kalil, o meu abraço antecipado a você, desta tribuna, pelo seu aniversário, pela sua trajetória vitoriosa à frente a Prefeitura de Belo Horizonte, com aprovação tão importante. Os seus encaminhamentos em momentos difíceis, como nas enchentes, pôde evitar... Quando as tragédias aconteceram, como você conseguiu debelar e superar essas tragédias de uma maneira exemplar para o País inteiro. E enfrentou a pandemia de uma maneira também exemplar. Ficam aqui, portanto, os meus cumprimentos pelo aniversário, desejando um futuro maravilhoso para você, para sua família, para Belo Horizonte e para todo o povo mineiro, mas sobretudo cumprimentando-o pelo passado, pelas suas realizações e por essa parceria que se inaugura com o nosso companheiro Lula, com certeza, o futuro presidente do Brasil. Tenho dito.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 10.755/2022, da Comissão de Educação, e 10.756, 10.757, 10.760 e 10.761/2022, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Meio Ambiente – aprovação, na 2ª Reunião Extraordinária, em 24/3/2022, do Projeto de Lei nº 3.123/2015, do deputado Noraldino Júnior, com a Emenda nº 1, e dos Requerimentos nºs 10.317/2022, da deputada Leninha, 10.320/2022, do deputado Gil Pereira, 10.609, 10.695, 10.702 e 10.703/2022, da Comissão de Administração Pública, e 10.621/2022, do deputado Sargento Rodrigues (Ciente. Publique-se.).

Homenagem Póstuma

O presidente – Deputados e deputadas, eu quero pedir 1 minuto de silêncio em solidariedade ao sentimento de pesar pelo falecimento do prefeito da querida cidade de Rubelita, na última segunda-feira. Osvan Otávio David Miranda, de 59 anos, teve uma morte de maneira rápida; adoeceu nos últimos dias e, de uma maneira muito rápida, teve complicações e faleceu na última segunda-

feira, deixando esposa e filhas. A gente tinha uma relação de amizade, de companheirismo, e eu deixo aqui o nosso sentimento de pesar aos familiares, aos amigos, sobretudo a cada morador, a casa moradora da cidade de Rubelita.

– Procede-se à homenagem póstuma.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 29, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 29/3/2022.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/3/2022

Às 9h19min, comparecem à reunião, presencialmente, a deputada Ana Paula Siqueira e, de forma remota, as deputadas Ione Pinheiro e Leninha, membros da supracitada comissão. Está presente, também de forma remota, o deputado Mauro Tramonte. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater o tema “A importância da luta das mulheres por direitos e por mais representatividade na política”, em menção aos 90 anos da conquista do voto feminino no Brasil, celebrados em 24 de fevereiro. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Elcione Barbalho, deputada federal, publicado no *Diário do Legislativo* em 10/3/2022. A presidenta acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.201/2021, no 1º turno, do qual avocou a relatoria. Retira-se a deputada Leninha. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Nair Damázio Neto, escritora e ex-vereadora do Município de Nova Era; Jô Moraes, liderança feminina, ex-deputada estadual e ex-deputada federal; Patrícia Henriques Ribeiro, juíza, membro da Corte do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e Ouvidora da Justiça Eleitoral, representando o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – TRE-MG; Damires Rinarly Oliveira Pinto, vereadora da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete; Débora Thomé, doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do Instituto Update; Marina Silva, liderança feminina, ex-senadora da República e ex-ministra do Meio Ambiente; Heloísa Helena, liderança feminina, ex-senadora da República e ex-deputada estadual; Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG e presidente da Associação para o Desenvolvimento da Psicologia Social – Adesp. A presidência, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra às convidadas, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença remota da deputada Laura Serrano. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.771/2022, das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Ione Pinheiro, Leninha e Rosângela Reis, em que requerem seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a classificação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – Deams – no Estado, esclarecendo quais as ações implementadas com vistas à maior humanização dos atendimentos nas Deams; quais unidades possuem atendimento psicossocial em sua estrutura interna; quais unidades contam com equipes multidisciplinares, indicando-se o quantitativo desses profissionais por Deam, as respectivas formações ou especialidades, quantos têm atuação exclusiva, as cargas horárias diárias cumpridas, vínculos funcionais (servidores, empregados públicos, contratados, cedidos, requisitados); número de atendimentos psicossociais realizados mensalmente em cada unidade, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Atendimento adequado humanizado, por equipe multidisciplinar, a mulheres em situação de violência nas Delegacias Especializadas de Atendimento às

Mulheres – Deams –” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 16/3/2022;

nº 11.772/2022, das Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Leninha, Ione Pinheiro e Rosângela Reis, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater a humanização do atendimento e o trabalho realizado pelas equipes multidisciplinares no âmbito das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – Deams –, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Atendimento adequado humanizado, por equipe multidisciplinar, a mulheres em situação de violência nas Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – Deams –” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 16/3/2022;

nº 11.773/2022, das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Ione Pinheiro, Leninha e Rosângela Reis, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater a metodologia aplicada pela Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – para a classificação das Deams no Estado, ressaltando-se que esta iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Atendimento adequado humanizado, por equipe multidisciplinar, a mulheres em situação de violência nas Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – Deams –” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 16/3/2022.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de março de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta – Charles Santos – Betão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2022, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os meios possíveis que viabilizem a recomposição das perdas inflacionárias dos servidores das forças de segurança pública do Estado, considerando-se o posicionamento da secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, em reunião na Cidade Administrativa com parlamentares da segurança pública e presidentes de associações e sindicatos, no dia 3/3/2022, no sentido de que não é possível empregar índice de recomposição diferenciado entre as carreiras de servidores, tendo, no entanto, pontuado ser possível discutir uma forma para se fazer a recomposição dessas perdas, lançando-se mão de recursos de custeio, sem que isso represente a quebra da paridade entre os servidores ativos e inativos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, André Quintão, Betão e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/3/2022, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de março de 2022.

Celinho Sintrocel, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.333/2020****Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do deputado Tito Torres, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Corporação Musical Santa Cecília de Rio Piracicaba, com sede no Município de Rio Piracicaba.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a entidade Corporação Musical Santa Cecília de Rio Piracicaba, com sede no Município de Rio Piracicaba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão de práticas culturais.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover o desenvolvimento cultural da comunidade, administrar o ensino da música e realizar eventos musicais públicos.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação para a democratização da prática cultural no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.333/2020, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de março de 2022.

Professor Wendel Mesquita, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 24/3/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 23/3/2022, que nomeou Arianne Christine Maia Chiodi, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Irineu;

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 23/3/2022, que nomeou Edmo Cesar Feliciano Reis, padrão VL-36, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

exonerando, a partir de 28/3/2022, Lucas Issa Horta, padrão VL-33, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doorgal Andrada;

nomeando Patricio Ramos Braga, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Irineu.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 12/2022****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 20/2022**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de computadores, a sessão pública virtual fica adiada para as 10 horas do dia 6/4/2022.

Belo Horizonte, 25 de março de 2022.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 3/2022

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG. Objeto: cessão de policiais militares à ALMG, para prestar apoio às atividades institucionais de competência da Presidência e para atender à garantia de segurança de deputado ameaçado. Vigência: de 1º/3/2022 a 28/2/2023. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.1.90(10.1) e 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90(10.1).